



oto

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0090352-6/02

EMBARGANTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO- DER-PE

EMBARGADO: JOSÉ WILSON CORDEIRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA- PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 535, DO CPC. INCABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1- Analisando os argumentos ventilados pelo embargante, vislumbro que não levantou a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada, requisitos estes indispensáveis à interposição do recurso de embargo de declaração.

2- Revela-se evidente o propósito do Embargante de rediscutir os fundamentos da decisão embargada, o que é incabível nesta via integrativa, cujas hipóteses de cabimento são estreitas e bem delimitadas.

3- Inocorrentes as hipóteses do art.535, CPC, não há como prosperar o inconformismo do recorrente;

4-Finalmente, não há que se falar em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos aclaratórios, inclusive para fins de prequestionamento, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC.

5 - Embargos Declaratórios rejeitados - à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0090352-6/02, figurando como Embargante **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO- DER-PE** e Embargado **JOSÉ WILSON CORDEIRO**, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0090352-6/02

EMBARGANTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE
PERNAMBUCO- DER-PE

EMBARGADO: JOSÉ WILSON CORDEIRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Pernambuco, já qualificado nos autos, ingressou com os presentes Embargos de Declaração, com a finalidade de ver reformada decisão colegiada proferida em Recurso de Agravo, para fins de prequestionamento de matéria infraconstitucional.

Segundo o embargante, no acórdão do recurso de agravo, ora atacado, não há nenhum pronunciamento do Tribunal acerca do disposto no art. 557,§1º- A do Código de Processo Civil.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



012

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0090352-6/02

EMBARGANTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO- DER-PE

EMBARGADO: JOSÉ WILSON CORDEIRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco- DER-PE contra Acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo nº 0090352-6/01, mantendo a decisão fustigada.

Analisando os argumentos ventilados pelos embargantes, vislumbro que os mesmos não levantaram a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada, requisitos estes indispensáveis à interposição do recurso de embargo de declaração.

Dessa forma, resta claro que não merece ser acolhida a pretensão dos embargantes, pois, na verdade, a questão suscitada pelo recorrente demonstra o seu inconformismo com os fundamentos adotados pelo decisório impugnado, na medida em que pretendem mesmo a reforma do acórdão.

Sabe-se que a revisitação meritória da decisão recorrida é vedada em sede de embargos declaratórios, cujo objeto se restringe àquele estabelecido no art. 535 do Código de Processo Civil. É nesse sentido pacífica e numerosa jurisprudência do STJ, como se observa abaixo:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

Sum
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC). (Grifos Acrescidos)

2. omissis

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 775241 / SP ; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

013

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. Embargos de Declaração rejeitados.

(Grifos acrescidos)

(Edcl no AgRg no Ag 829849/RS; Rel. Min. HERMAN BENJAMIN; Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA; Data do Julgamento: 06/12/2007; Data de Publicação: Dje: 06/03/2008)

Nesse contexto, constatada a inexistência dos requisitos necessários à interposição dos aclaratórios, tenho que o presente recurso não merece ser acolhido, na certeza de que o mesmo não é o meio adequado para insurgência meritória, a teor do art. 535, CPC.

Finalmente, não há que se falar em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos aclaratórios, inclusive para fins de prequestionamento, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC.

Nesse sentido, cito o precedente abaixo do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535 do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.

2. Na espécie, ausente vício no acórdão a ensejar o acolhimento do recurso integrativo, uma vez que a pretensão da empresa embargante é tão somente, na via eleita, obter a manifestação deste Tribunal sobre preceito constitucional, para fins de prequestionamento.

3. O acolhimento de embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC. Dessarte, tendo em vista a não configuração de nenhum deles, na conformidade da manifestação supra, a rejeição do presente recurso integrativo é mister.

Omissis

5. Embargos de declaração rejeitados.



014

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

(EDcl no AgRg no Ag 1165908/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES,
PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2009, DJe 01/12/2009).

Diante dos argumentos expostos, que adoto como razões de decidir,
VOTO pela rejeição dos Embargos Declaratórios, mantendo incólume o Acórdão
proferido.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator